

TELEJORNALISMO E FORMAÇÃO DE CONSENSO: O REPÓRTER, “O CAÇADOR DE MARAJÁS” E O DITO “ESTADO PARASITÁRIO”¹

Cássia Rita Louro Palha²

RESUMO: O texto aborda em linhas gerais o papel político do telejornalismo na formação de consenso da sociedade brasileira, traçando o panorama do clientelismo nas concessões de radiodifusão no país e os fatos mais contundentes da relação da televisão com o cenário político nacional. Enfoca, em especial, a história do telejornalismo da Rede Globo de Televisão a partir do programa *Globo Repórter* durante a campanha eleitoral de Fernando Collor de Mello e analisa a matriz discursiva dos programas levados ao ar na segunda metade dos anos 1980, em sua apologia ao credo neoliberal capitaneado pelo crivo do mais performático político brasileiro, construído pelo espetáculo televisivo.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil contemporâneo. História do telejornalismo. Formação de consenso.

ABSTRACT: This paper analyzes mainly the political role of telejournalism in the process of consensus formation of Brazilian society, establishing an overview of clientelism in national broadcasting service concessions and the most relevant events concerning the relation between the television and the national

¹ O presente texto é uma adaptação de parte do capítulo V de minha tese doutoramento intitulada *A Rede Globo e o seu repórter: imagens políticas de Teodorico a Cardoso*. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2008.

² Professora Adjunta da Universidade Federal de São João del-Rei, doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: palha17@gmail.com.

political scene. Focusing the history of telejournalism of Globo Television, in particular, through a program called *Globo Reporter* during the election campaign of Fernando Collor de Mello, this paper also examines the discursive grounding of programs aired in the second half of the eighties in its apology to the neoliberal ideology which came under the scrutiny of the most performative Brazilian politician created by television show.

KEYWORDS: Contemporary Brazil. History of telejournalism. Consensus formation.

Nos *Cadernos do Cárcere*, Antônio Gramsci situou a imprensa italiana do início do século XX – posto mais avançado dos meios massivos de sua época – como um tipo singular de partido político, capaz de dirigir a formação de consenso das grandes majorias com a socialização de ideias e fatos de interesse social. Neste sentido, o que ele chamou de “jornalismo integral” em sua composição socioeconômica e ideológica vai muito além do atendimento às necessidades de seu público, ajudando na maioria das vezes a criar e a direcionar tais necessidades, abrangendo o indivíduo em “toda a sua concretude e densidade de determinações histórico-políticas e culturais [...] como depositário de recursos intelectuais latentes e como elemento econômico, ou seja, precisamente como adquirente de uma mercadoria, de um produto”.³ Ao considerar os meios de comunicação tanto pelo prisma político quanto pelo seu caráter econômico e empresarial, o teórico nos permite um olhar mais amplo sobre uma possível história do telejornalismo.

Neste texto o interesse é o de refletir sobre a relação do telejornalismo com a arena política e cultural da sociedade brasileira na segunda metade dos anos 1980. Para tanto é necessário, *a priori*, se pensar na trajetória da televisão como principal veículo de massas, nas disputas de mercado pelo

³ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. COUTINHO Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurélio & HENRIQUES Luiz Sérgio (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 197.

monopólio de suas concessões e na consolidação de uma certa “nação-audiência” num país que se habituava cada vez mais a se “re-conhecer” pela televisão. A partir desse cenário será desenhada a relação do telejornalismo da Rede Globo com um público que, a partir da transição política conservadora⁴ que se seguiu neste momento, além de consumidor tornou-se igualmente um eleitor dos quadros políticos nacionais. Através da análise da programação do *Globo Repórter* entre os anos de 1987 e 1990, o mote de discussão será a formação de consenso pela mídia eletrônica a partir da matriz discursiva que norteou a campanha presidencial de Fernando Collor de Mello e a sua apologia ao credo neoliberal.

1) Televisão e concessões de poder

A televisão foi inaugurada oficialmente no Brasil em 18 de setembro de 1950 e apesar de em seus primeiros anos ter ficado restrita ao universo das elites e ao sabor do amadorismo de seus primeiros empreendedores, não demorou muito para poder demonstrar todo o seu potencial junto ao quadro político nacional. Simões ao abordar as bases da programação televisiva da época, baseada em teleteatros, musicais, gincanas e concertos musicais mais propensos aos reveses de censura de motivação religiosa do que necessariamente governamental, cita duas situações peculiares envolvendo Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. No primeiro caso há o relato de um episódio onde o governo JK se viu exposto pelo general Juarez Távora, que por sua vez foi a uma emissora do Rio de Janeiro fazer um discurso sobre o primeiro aniversário da Novembro de 1955, movimento que tentou impedir a posse do presidente mineiro. No segundo caso, têm-se o registro de que em agosto de 1961, Carlos Lacerda palestrou na TV Excelsior acusando Jânio Quadros de estar preparando um

⁴ Cf. VIANNA, Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: AGGIO, A. *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998 e COUTINHO, C. N. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 121-122.

golpe nos bastidores políticos. Em ambas as situações, malgrado as restrições de sua abrangência, “a TV já se anunciava como um meio expressivo o suficiente para se mandar recados políticos, atacar opositores e mobilizar a opinião pública”.⁵ Potencial político ainda motivado pelas promessas financeiras que a novidade tecnológica representava, o que provocou uma acirrada disputa pelo monopólio de suas concessões num contexto marcado pela redefinição dos rumos nacionais com o país ingressando, como atesta Mendonça, em sua fase de industrialização avançada a partir de um Estado que tentava reorganizar as mediações entre o intervencionismo estatal e os capitais privados nacionais e internacionais.⁶ Foi a partir deste panorama que o setor televisivo encontrou um mercado da indústria cultural em formação, no qual a esfera estatal já detinha os direitos de concessão dos meios de radiodifusão. Um quadro que, segundo Wanderley, passou por outras transformações a partir dos embates capitaneados pela primeira geração de empreendedores da televisão, oriunda de grupos empresariais decorrentes das tradicionais oligarquias agrárias. Ao analisar a composição desses atores sociais a autora explicita que tais grupos, valendo-se do prestígio político de uma tradição já consolidada no ramo das comunicações (ligados à imprensa escrita e ao rádio) conseguiram consolidar em suas disputas um modelo privado de concessões, angariando um espaço de maior autonomia para o capital privado frente aos defensores do intervencionismo estatal no setor.⁷ Do governo de JK ao de João Goulart foram repassadas 14 concessões à exploração privada, e de Castelo Branco a João Figueiredo, os números chegaram a 136 concessões.⁸

⁵ SIMÕES, Inimá. Nunca fui santa (episódios de censura e autocensura). In: BUCCI, Eugênio (Org.). *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira em seu cinquentenário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p. 67.

⁶ Cf. MENDONÇA, Sônia. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

⁷ WANDERLEY, Sônia. *Cultura, política e Televisão: entre a massa e o popular (1964-1969)*. Tese de Doutorado – PPGH /UFF. Niterói: 2005, p. 60.

⁸ MATTOS, Sérgio. *Um perfil da TV brasileira: 40 anos de história. 1950-1990*. Salvador: Abap/A Tarde, 1990.

Enquanto o grupo de Assis Chateaubriand tornou-se o grande beneficiário dessas disputas no campo da iniciativa privada até os anos 1970, quando entra em decadência, a Rede Globo foi sua sucessora no setor. A partir dos anos 1960, quando efetivamente o campo televisivo passou a ser administrado como peça integrante de uma moderna indústria cultural, a Globo se transformou no mais bem sucedido projeto de mídia eletrônica da história do país. Acompanhando os rumos da economia em sua inserção ao capitalismo oligopolizado a Rede Globo iniciou seu caminho pela parceria com o grupo norte-americano *Time Life*, cujo legado passou por uma significativa injeção de capital, pelo domínio de uma infraestrutura tecnológica de ponta e pelas bases de tratamento da linguagem massiva eletrônica. Num período no qual a eficiência econômica passou a ser sinônimo de grande empresa,⁹ estes passos foram fundamentais para a hegemonia da emissora que foi a pioneira na racionalização de seu processo produtivo, enquanto as concorrentes ainda lutavam com uma administração “familiar” dentro do mercado televisivo. Na trajetória desse sucesso estruturado durante o regime militar é necessário igualmente se considerar a ineficiência do CBT (Código Brasileiro de Telecomunicações) como marco regulatório entre sociedade, empresa exploradora de serviço público e governo.¹⁰ Nada mais expressivo a esse respeito do que o fato do Estado, ao longo dos anos da ditadura, ter acumulando os papéis de concessor, censor e de principal anunciante/cliente do setor televisivo. Na simbiose dessa relação, ao mesmo tempo em que concedeu benefícios, o governo se valeu da televisão como forma de “integrar” um país cortado por diferenças regionais e sociais gritantes. Viabilizou-se a criação da Embratel (permitindo a abrangência nacional ao setor), incentivou-se o campo da produção e o crédito para a compra de aparelhos de televisão

⁹ MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 80.

¹⁰ SIMÕES, Cassiano & MATTOS, Fernando. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In: BRITTOS, V. & BOLAÑO (Org.) *Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 41.

aos consumidores finais, assim como para os produtos por ela veiculados, vendendo pelas telas, em contrapartida, as promessas de uma suposta “modernidade”. Já com o redimensionamento do mercado interno no quadro político-econômico, aos grupos tradicionais dos beneficiários das concessões foram acrescentados representantes de outros segmentos, de origem social mais diversificada da chamada “burguesia nacional [...] que assimilados ao grupo de poder, passaram a compartilhar suas expectativas, constituindo importantes aliados na luta pela legitimação dos valores doutrinários do regime”.¹¹

Essa parceria do regime com a televisão brasileira fica mais clara quando se têm por análise a programação da Rede Globo de Televisão. Na elaboração de sua grade para os anos 1970 a emissora estabeleceu os parâmetros do perfil de seu modelo “médio” de telespectador. A análise de Maria Rita Kehl a respeito desse modelo proporciona um rico caleidoscópio da relação da mídia televisiva com o público, aqui entendido em seu potencial como consumidor e como “cidadão” de liberdade vigiada. Para a autora, tal perfil correspondeu ao homem

moderno e desenraizado, cujas tradições, quaisquer que tenham sido, foram aceleradamente sendo substituídas por crenças mais seculares e mais coerentes com o ritmo do país: a fé na felicidade via consumo, no poder das cadernetas de poupança, na viabilidade da casa própria e no carro do ano comprado com crédito facilitado; [...] o homem permanentemente insatisfeito cuja participação no processo político do país ficou limitada a concordar ou não com os apelos da AERP ou com as mensagens editoriais do *Jornal Nacional*. [...] Ela (referindo-se à Rede Globo) fala para estes brasileiros como se falasse deles – sem deixar de considerar os mais marginalizados [...] para quem acena a possibilidade de ser ‘como eles’. Ela absorve e canaliza suas aspirações emergentes e, cúmplice, coloca no vídeo sua imagem e dessemelhança, capitalizando seus desejos para o terreno do possível. Sendo que

¹¹ WANDERLEY, S., op. cit, p. 61.

os limites do possível também é ela quem condiciona, sutilmente impondo, com a força da imagem, padrões de comportamento, de identificação, de juízo e até mesmo um novo padrão estético compatível com o país em vias de desenvolvimento.¹²

Na complexidade que envolve a caracterização dessa “nação-audiência” em potencial, vale destacar as considerações de Mello & Novais que esclarecem que com o cerceamento das liberdades e com a exposição ao impacto da indústria cultural e em particular, da televisão, a sociedade brasileira passou de “diretamente iletrada à deseducada e massificada sem, contudo, percorrer a etapa intermediária de absorção da cultura moderna”. Segundo os autores, construiu-se a partir de então uma “audiência inorgânica”, uma vez que fragilizada em termos de sustentação crítica frente ao bombardeamento dos produtos gerados pela mídia televisiva e pela rede publicitária.¹³

Foi igualmente nos anos 1970 que a estruturação do chamado “padrão Globo de qualidade” estabeleceu um dueto de sucesso na rotina da audiência televisiva desde então: a sintonia fina entre o fato e a ficção. Segundo Bucci, a dobradinha do telejornal com a novela pactuou entre si para uma “divisão de trabalho para a consolidação discursiva da realidade”, ainda que por vezes com narrativas trocadas, com as novelas operando como instância mais crítica da emissora e os telejornais de cunho governista com discursos no limiar da ficção¹⁴. Não obstante a decadência

¹² KEHL, Maria Rita. Um só povo, uma só cabeça, uma só nação. In: CARVALHO, E; KEHL, R; RIBEIRO, S. (Coord.) *Anos 70: Televisão*. Rio de Janeiro: Europa, 1980, p. 11.

¹³ NOVAIS, F. MELLO, C. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da Vida privada no Brasil*, v. 4. p. 559-658.

¹⁴ BUCCI, E. & KELL, M. R. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 225. Sobre a perspectiva mais crítica das telenovelas deste momento, as chamadas “novelas verdade”, cf. BORELLI, Sílvia. Telenovelas: padrão de produção e matrizes populares. In: BOLANÕ & BRITTOS, op. cit., p. 197. A autora cita exemplos como Saramandaia (de Dias Gomes, 1971-1972; 1976), Irmãos Coragem (Janete Clair, 1970-1971), Escalada e Casarão (de Lauro César Muniz, 1975-1976) além de Gabriela (Walter George Durst, adaptação da obra de Jorge Amado, 1975) que veicularam um cotidiano mais próximo da vida “real” de seus telespectadores.

econômica e de audiência de suas principais concorrentes (TV Tupi e TV Excelsior), foi no espaço deixado pela perseguição da censura junto aos programas mais combativos que a Rede Globo alicerçou seu telejornalismo nos anos 1970, lançando via satélite para todo o Brasil, em 1969, o *Jornal Nacional*. A escolha da narrativa informativa através do *Jornal Nacional* para inaugurar a primeira emissão em rede da emissora foi o marco na instauração de um projeto de identidade unívoca para o país, onde não cabia arestas para crises ou contradições, apenas para a panaceia do patriotismo, tanto que se tornou folclórica a declaração do presidente Médici em relação ao *Jornal Nacional*, explicitando indiretamente sua linha editorial:

Sinto-me feliz todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho.¹⁵

Com a transição política conservadora que se seguiu no desaguar da primeira metade dos anos 1980 esse tipo de controle cedeu lugar a outro modelo, caracterizado por Caparelli & Santos por “coronelismo eletrônico”, que passou a veicular através da retransmissão de canais das grandes emissoras, as chamadas “cabeças de rede”, uma programação regional e local em consonância com os interesses eleitorais dos proprietários de concessões e de licenças de retransmissão¹⁶. Protegido de controles constitucionais e centralizado nas mãos de poucos empresários, o que foi em muito incentivado pelo acirramento da política de concessões no governo Sarney, a centralização de poder no campo televisivo se definiu de forma ainda mais veemente a partir de 1988 com a nova constituição. Destaco aqui o balanço realizado pelos autores neste contexto:

¹⁵ Citado In: NOVAES, Adauto (Coord.) *Anos 70: Televisão*. Rio de Janeiro: Europa Gráfica e Editora, 1980.

¹⁶ CAPARELLI & SANTOS. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, V. & BOLAÑO (Org.), op. cit.

Das 1.028 concessões distribuídas, 82 se referiam à televisão. Destas, 43 foram distribuídas no ano da votação da emenda constitucional, sendo 30 divididas entre parlamentares de partidos aliados ao governo. Assim, o número de parlamentares proprietários de veículos de radiodifusão subiu de 55 para 146, totalizando 26,1% dos 559 constituintes. Além do apoio ao mandato de cinco anos, o ministro e o presidente também agiram em benefício próprio, autoconcedendo, respectivamente, sete e três concessões de geradoras de TV.¹⁷

Apesar do breve panorama, pode-se dizer que o campo televisivo chegou aos anos da “redemocratização”, inferindo de forma privilegiada no universo político. Neste contexto a Rede Globo representou a principal tela eletrônica de visibilidade da vida político-cultural do país.

2) A Rede Globo e o seu repórter: o “collorido” dos anos 1980

Gestada nos “anos de chumbo”, a Rede Globo e o lugar estratégico de seu telejornalismo na agenda política nacional tiveram nos anos 1980 episódios não menos diretos junto à formação da opinião pública, esta agora constituída por uma “audiência eleitora”. A declaração de Roberto Marinho ao *New York Times*, ainda em 1980, pareceu dar o tom apropriado para a década: “Sim, eu uso o poder (da RGTV), mas eu sempre faço isso patrioticamente, tentando corrigir as coisas, buscando os melhores caminhos para o país e seus Estados”.¹⁸

Dentre os vários episódios envolvendo a Rede Globo e a cena política nacional deste período podem ser citados: a denúncia de coparticipação da emissora em uma possível tentativa de fraude na disputa eleitoral de 1982; o boicote da campanha pelas “Diretas já” até duas semanas antes da votação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira; uma ostensiva construção da

¹⁷ CAPARRELLI & SANTOS, op. cit., p. 88.

¹⁸ LIMA, Venício. Globo e política: tudo a ver. In: BRITTOS, V. & BOLANÕ, C. (Org.), op. cit., p. 120.

imagem de Tancredo Neves como político fundador da *unidade* e da *coerência* do processo da transição política, além da premissa da *continuidade* de seu legado “liberal e moderador” nos caminhos da “Nova República”; a indicação direta de ministros no governo Sarney e a tendenciosa edição no debate Lula X Collor de 1989.¹⁹ Vou me deter aqui no caso Collor de Mello através dos programas levados ao ar entre os anos de 1987 a 1990 pelo telejornal *Globo Repórter*.

Criado em 1973, o programa *Globo Repórter* chegou aos telespectadores em pleno regime militar com uma linha de programação combativa em relação ao caráter oficialista do telejornalismo da emissora. Enquanto o regime militar exaltava uma “Integração Nacional” acima das diferenças sociais e o *Jornal Nacional* exibia o país idealizado da “ordem e do progresso”, o *Globo Repórter* mostrou uma identidade nacional constituída de desencontros e exploração, denunciando ainda as relações de mandonismo no campo, a marginalização dos migrantes rurais nas grandes cidades, a violência do sistema capitalista, a exclusão do homem do povo. Produzido por artistas e profissionais advindos da esfera do cinema, dos centros populares de cultura, de partidos e organizações ligados a uma declarada militância de esquerda, o *Globo Repórter* dos anos 1970 foi marcado por uma maior autonomia – ainda que de liberdade vigiada – que representou, em suas idas e vindas, uma concreta capacidade de reação e inovação ao campo maior da emissora. Ao que pese a possibilidade de uma real intenção da própria Rede Globo na veiculação de um jornalismo diferenciado que, inicialmente, visava atender apenas as faixas “A” e “B”, nota-se que houve, no todo, um concreto movimento por parte desse primeiro grupo de profissionais – como colocou Walter Benjamin – de não “abastecer o aparelho de produção sem o modificar, na medida

¹⁹ Sobre a construção da figura política de Tancredo Neves, cf. PALHA, Cássia Rita Louro. Televisão e política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção. *Revista Brasileira de História*, 2011, v. 31, n. 62. e sobre os demais fatos citados cf. LIMA, V. In: BRITTOS, V. & BOLANÓ, C. (Org.), op.cit.

do possível.”²⁰ Já na virada para os anos 1980 verificou-se uma mudança significativa no formato e na linha editorial do programa, além da substituição da equipe de cineastas por jornalistas de formação da própria emissora. Foi a transição de um jornalismo de documentário para um “jornalismo espetáculo”, no momento preciso da transição política. A nova linha editorial implicou numa diversificação constante das temáticas por programa, gerando a ampliação do público e a banalização de sua linguagem. A palavra chave do programa deixou de ser “povo”, como veiculada nos anos 1970, para ser a “popularidade”. Segundo Canclini, enquanto a primeira pode ser o lugar do tumulto e do perigo, a popularidade implica numa determinada adesão à ordem, confluência em um sistema de valores, além de ser medida e regulada pelas pesquisas de opinião.²¹ Em entrevista para este trabalho, o diretor do programa deste período, Jorge Pontual, explicitou a visão editorial dessa “popularidade”:

A preocupação número um do programa na minha época era a audiência. **Essa era a fala do povo medida pelo IBOPE.** O Globo Repórter sempre teve que lutar por uma audiência muito alta, para ser mantido naquela faixa do horário nobre, e por isso acabamos sendo obrigados a fazer temas de ‘apelo popular’ (termo usado pela programação da Globo), em detrimento de temas mais difíceis como política e economia [...]. **O popular em vez de ser a busca pela presença do povo nas reportagens, virou o apelo popular dos programadores.**²² (grifos nossos).

Ao analisar o quadro de temas do programa levados ao ar no decorrer da década de 1980 fica nítido, para além do sentido dessa “popularidade”, o apelo à *cidadania*, uma discussão que segundo Abreu balizou as tendências do jornalismo nacional deste

²⁰ BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 127.

²¹ CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 260.

²² Entrevista que nos foi concedida por Jorge Pontual em 4 de março de 2005.

momento apontando para a predominância de um conceito de “utilidade social da mídia”, ideia que “identifica a ação jornalística como tendente a servir aos interesses concretos dos cidadãos, a responder às preocupações de seus leitores ou de sua audiência – seria o ‘jornalismo cidadão’”.²³ E foi justamente a reboque de uma matriz discursiva que aliou o formato da popularidade com o apelo a essa dada cidadania que o *Globo Repórter* levou ao ar uma série de programas sobre um político até então desconhecido das grandes massas: um “caçador de marajás”. Neste momento, pode-se afirmar que as bases da programação da emissora estiveram direta ou indiretamente ligadas a um campo discursivo maior que envolveu a pré-campanha a favor de Collor de Mello.

A parceria entre o telejornalismo e as telenovelas foi fundamental nesta direção. Lima, valendo-se do referencial gramsciano para compor seu conceito de CR-P (Cenário da Representação Política),²⁴ propõe a hipótese de uma vitória antecipada de Collor através da construção de um “cenário de imagens adequadas”, antes mesmo da vigência do horário eleitoral gratuito. No que diz respeito aos folhetins, o autor destaca as obras *Vale Tudo* (16/05/1988 a 07/01/1989), *O Salvador da Pátria* (09/01/1989 a 12/08/1989) e *Que Rei Sou Eu?* (13/12/1988 a 16/09/1989, reprisada a partir de 23/10/1989). Entendendo o

²³ ABREU, Alzira. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, LATTMAN-WELTMAN & KORNIS. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 69.

²⁴ Este conceito é definido pelo autor como “um espaço específico de representação da política nas ‘democracias representativas’ contemporâneas, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação hegemônica construído em processos de longo prazo, na mídia e pela mídia, sobretudo na e pela televisão. Com a hegemonia, o CR-P não pode nunca ser singular. Temos, portanto, de acrescentar ao conceito de CR-P, o conceito de contra CR-P ou de CR-P alternativo. O conceito de hegemonia (baseado em Gramsci) oferece assim duas vantagens comparadas básicas como referência e âncora teórica do CR-P, vis à vis os conceitos de imaginário social e cultura política: a) contém necessariamente o seu contrário – contra-hegemônico ou o alternativo; b) implica um processo ao mesmo tempo “constituído pela” e “constituidor da” realidade social”. (LIMA, V. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 182-183).

potencial do gênero junto à cultura nacional para a disseminação de conceitos e ideias políticas, o autor destaca em *Vale Tudo* a afirmação de um individualismo exacerbado como instrumento de afirmação da existência social na melhor forma capitalista do termo; a desvalorização de uma imagem política de identificação popular imediata com o “seu igual”, onde sobressaiu a analogia com Lula em *O Salvador da Pátria*; e a protagonização do campo político pelo estereótipo da jovialidade e da beleza, marcas de marketing de Collor em *Que Rei Sou Eu?*.²⁵

No que diz respeito ao telejornalismo, apesar do fato da grande repercussão do apoio do grupo de Roberto Marinho ao candidato Collor de Mello ter sido a edição tendenciosa do debate Lula X Collor no *Jornal Nacional* às vésperas do pleito eleitoral, vou aqui me deter ao caso do *Globo Repórter*. A atenção dada pelo programa à campanha de Collor teve no artigo de Eliakim Araújo (ex-jornalista da emissora), na ocasião do falecimento de Leonel Brizola, um ponto de acirrada discussão com Ali Kamel (Diretor Executivo de jornalismo da emissora). No artigo é citado não apenas o caso da tentativa de fraude de 1982, mas a participação da emissora na campanha eleitoral de Collor de Mello que teria, segundo o texto, ajudado a desestabilizar as possibilidades de disputa de Brizola pela presidência, perdendo a corrida pelo segundo turno para Lula. Segundo Eliakim, teria sido dado por Marinho de presente a Collor, um *Globo Repórter* “inteiramente dedicado a ele e a sua caça implacável aos marajás”.²⁶ Kamel defendeu a emissora, declarando em relação ao programa:

Eliakim diz que a TV Globo deu de presente a Collor um *Globo Repórter* ‘inteiramente dedicado a ele e à sua implacável caça aos marajás. É mais uma das confusões que a confiança excessiva na memória acarreta. **Nunca houve um só programa dedicado a Collor, antes de sua eleição.** Em abril de 1987 houve um *Globo*

²⁵ LIMA, V., op. cit., p. 232-234.

²⁶ ARAÚJO, E. A Globo se rende a Brizola. *Copyright Direto da Redação*. Disponível em: <www.diretodaredação.com>. Acesso em: 23 jun. 2004.

Repórter de uma hora de duração sobre funcionalismo público, registrando os problemas em diversos estados do país [...] e nele havia apenas seis minutos e meio retratando a situação de Alagoas (dois minutos e vinte segundos foram tomados por uma entrevista do Collor). [...] Naquele mesmo mês, a Revista Veja dedicou suas páginas amarelas inteiramente a Collor. [...] A Veja agiu bem. Collor era assunto naquele mês. Em 12 de agosto de 1987, a mesma revista Veja dedicou a capa ao assunto. Ladeando a foto de um ator vestido como um marajá, estava o título: Funcionalismo público: a praga dos marajás. [...] Um mês depois da edição de Veja, em 10 de setembro de 1987, o *Globo Repórter* fez uma edição sobre os marajás. Mas o foco era São Paulo: o programa inteiro tinha vinte minutos e vinte e três segundos, todos praticamente voltados para São Paulo, a situação em Alagoas foi retratada em três minutos, sendo um minuto e vinte segundos ocupados com uma entrevista de Collor. **Foi o último *Globo Repórter* dedicado ao tema marajás/funcionalismo público.**²⁷ (grifos nossos).

A réplica de Eliakim Araújo foi igualmente sugestiva:

Quanto ao favorecimento da Globo ao então candidato Collor, fiquei sabendo pela resposta de Ali Kamel que não foi só um *Globo Repórter* a alavancar a candidatura de Collor em 89. Kamel informa que foram dois: um em abril de 87 e outro em setembro do mesmo ano. Em ambos, o tema era “Os marajás do funcionalismo público” e em ambos Collor ganhou espaço suficiente para expor suas **idéias moralizantes** (grifo do autor) que eram seu mote de campanha. **Como Kamel não era funcionário da emissora naquela época, seria de suma importância que ele investigasse qual a orientação editorial que o editor-chefe desses programas recebeu da direção das Organizações Globo.** É ingênuo acreditar que tais programas ofereciam uma visão geral do funcionalismo em vários estados. Em televisão, pode-se perfeitamente passar a mensagem que se deseja em poucos minutos, mesmo que o

²⁷ KAMEL, Ali. Resposta a Eliakim. *Copyright Comunique-se*. Disponível em: <www.comuniquese.com.br>. Acesso em: 31 mar. 2008.

programa não tenha uma hora. A Globo sabe disso muito bem. O que não ficou claro nas explicações de Kamel é se a Globo se pautava pela Veja ou vice-versa. Mas o que se pode inferir é que as duas empresas de comunicação estavam de mãos dadas no mesmo projeto de levantar o tema da caça aos marajás, exatamente a bandeira de Collor. Coincidência, não?²⁸ (grifos nossos).

Já em entrevista com o editor-chefe Jorge Pontual, a questão caminhou na direção apontada por Eliakim Araújo. Ao falar de uma forma geral sobre os perfis políticos veiculados pela emissora através do *Globo Repórter*, ele afirmou que no caso de Collor houve a “encomenda” do programa pela direção da emissora e esclareceu mais detalhadamente :

No caso do Collor, houve um programa sobre “o caçador de marajás”, ainda governador de Alagoas, **também encomendado pela direção. Collor trouxe à Globo, pessoalmente, um dossiê com dados impressionantes sobre o funcionalismo público do estado**, listas de pessoas com vencimentos muito altos. O repórter Francisco José foi a Alagoas investigar e comprovou as denúncias. Outros repórteres em vários estados mostraram quadros semelhantes e até piores. O programa mostrou isso tudo e teve alta audiência. Ainda não havia naquela ocasião nada que indicasse ser Collor candidato a presidente. Voltamos a fazer um programa sobre ele quando foi eleito. **A Globo estava sendo atacada por ter favorecido Collor na cobertura.** Não tivemos condição de olhar Collor criticamente, mas ao mesmo tempo tínhamos que procurar não endeusar o eleito. O resultado não foi nada brilhante, um mau momento na história do Globo Repórter.²⁹ (grifos nossos).

Frente a tais registros, cumpre sinalizar que em pesquisa ao acervo da emissora aparecem não dois, mas quatro programas veiculados ao tema dos marajás, sendo que três foram levados

²⁸ ARAÚJO, E. Resposta à TV Globo. *Copyright Direto da Redação*. Disponível em: <www.diretodaredacao.com>. Acesso em: 31 mar. 2008.

²⁹ Depoimento realizado em 4 de março de 2005.

ao ar no ano de 1987, apontando para a possibilidade de uma pré-campanha presidencial. Na visão de Kamel, pautas mediadas em sintonia com os interesses de notícias da mídia em geral, em especial da revista *Veja*. Diga-se de passagem, uma revista historicamente afinada com os interesses das frações dominantes nacionais, mostrando-se nesse momento um dos mais importantes veículos de sustentação do credo neoliberal que começava a se desenhar no país.³⁰ O importante aqui a enfatizar é que foi com o apoio das Organizações Globo que o então desconhecido governador de Alagoas ganhou projeção nacional. Com discordâncias no tempo de veiculação dos programas indicados por Kamel, no acervo da emissora constam os seguintes produtos: “Funcionários públicos” (Fita F:18, duração de 58’ em 02/04/1987), “Marajás em São Paulo” (Fita M:44, duração 11’ em 28/05/1987), “Marajás” (Fita M:42, duração 42’ em 10/09/1987) e “Mordomias dos marajás” (Fita M:123, duração de 51’ em 24/04/1990).³¹ Há uma certa organicidade na sequência desses programas. O primeiro deles (*Funcionalismo público*: 02/04/1987) promoveu a leva dos marajás nos quatro cantos do país e, sobretudo, no estado de Alagoas a partir da figura central de Collor, que é lançado como o “caçador de marajás”. Nesse material, são mostrados os esforços do político junto ao poder Judiciário no sentido de obstar legalmente o pagamento dos salários exorbitantes do funcionalismo público do estado. Já o segundo programa é totalmente focado nesse tema, tendo como perspectiva o estado de São Paulo a partir de denúncias de fraudes e abusos salariais nos setores da polícia militar e do poder Legislativo. Nos dois últimos programas têm-se então uma

³⁰ Cf. SILVA. C. *Veja*: o indispensável partido neoliberal. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2005.

³¹ Fonte: Quadro elaborado com base nos dados do Catálogo da Videoteca/Cedoc Globo, destinado às emissoras afiliadas. Nas citações do material audiovisual aqui pesquisado serão apenas identificadas as referências relativas ao presente catálogo no corpo do texto pelo título/data do programa em questão.

continuidade dos anteriores, como fica subtendido nesta chamada de abertura feita por Sérgio Chapellin:

O *Globo Repórter* já mostrou como se faz um marajá em São Paulo, como se desfaz um marajá em Alagoas. E hoje veremos os escândalos bilionários das empresas públicas no Rio de Janeiro e uma denúncia exclusiva: o novo rombo das empresas estatais.

É quando as equipes de reportagem voltam a Alagoas do primeiro programa, mostrando na sugestiva sintaxe “do antes e depois” a vitória alcançada pelo “caçador de marajás”. Não por acaso, na sequência são encadeadas reportagens sobre escândalos de empresas públicas no Rio de Janeiro e no âmbito federal. Na simetria do discurso dos marajás com a apologia ao sucateamento do Estado, as forças do neoliberalismo começaram a se nomear nas telas nacionais.

3) O repórter, o “caçador de marajás” e o dito “Estado parasitário”:

A segunda metade dos anos 1980 foi marcada pela hiperinflação que ameaçava desencadear a desorganização financeira do país (em 1989 a inflação chegou à cifra de 1.764,8%), ao passo que o campo social também registrava alterações substanciais com o crescente empobrecimento das frações populares, a acentuada queda dos salários e o avanço do trabalho terceirizado que, driblando as obrigações trabalhistas previstas na Constituição de 1988, estabeleciam vínculos provisórios com trabalhadores cada vez mais desalojados de seus direitos. Assim, a primeira eleição direta para presidente desde 1960 foi marcada por um período de forte crise econômico-financeira, além de consecutivos escândalos de corrupção. Com a sociedade clamando por mudanças drásticas e rápidas, transcorreu um pleito eleitoral no qual a ausência de mecanismos de controle sobre o financiamento das campanhas e o poder da mídia eletrônica na

formação da opinião pública deram o tom singular da disputa.³²

Nesse processo, Collor se tornou o mais performático político brasileiro talhado pela mídia e, em especial, pelo espetáculo televisivo. Lima, ao analisar essa “geração da televisão” – um público já habituado aos mecanismos de identificação da publicidade eletrônica, onde a beleza e a novidade imperam como atendimento às necessidades de consumo – caracteriza da seguinte forma o perfil básico do eleitor de Collor (excluídos os votos ideológicos): “jovem, baixa escolaridade, pouca ou nenhuma educação política, conservador, área rural, visão ‘mágica’ [...] trata-se exatamente de um perfil de telespectador mais suscetível à influência cognitiva da TV”.³³ Com seu “populismo de mercado”, a cooptação das massas pelo político passou pela produção de um inimigo comum: o próprio Estado, estigmatizado por ser intervencionista e parasitário, ainda que inicialmente encoberto pelo slogan dos *marajás*.

Vejamos então alguns recortes discursivos dos programas levados ao ar pelo *Globo Repórter*. No programa intitulado *Funcionalismo público*, exibido em 02/04/1987, a marca do novo formato jornalístico do programa já tinha se consolidado, sobretudo o lugar estratégico do jornalista como condutor central da narrativa. Neste programa, em especial, ficou clara ainda a construção da ideia de uma onipresença da emissora e de seu telejornalismo pela fina rede de repórteres que fizeram a cobertura dos “marajás” pelos quatro cantos do país: Ilze Scamparini no Rio Grande do Sul, Hermano Hening em Rondônia, Francisco José em Alagoas, José Raimundo em Fortaleza, Sandra Passarinho em Minas Gerais e Renato Machado que abordou o tema de Paris. A narrativa imagética, por sua vez, passou a operar como produtora de sentido em sintonia cada vez mais referendada em sua associação com a narrativa verbal, característica básica de apresentação do padrão do telejornalismo tradicional. Com

³² SILVA, Francisco Carlos T. Brasil em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990, p. 398-400.

³³ LIMA, V. *Teoria e Política*, p. 230.

tomadas em ritmo acelerado e sequências encadeadas pela lógica da apresentação/justificação de problemas (marcando os compassos de tensão/distensão da narrativa), ficou evidenciado um sentido preferencial³⁴ no discurso: o do caos estatal como causa primeira do grande inimigo da nação personificado nos marajás.

A primeira cobertura feita por Ilze Scamparini, no Rio Grande do Sul, tem início pela área da educação pública, campo estratégico – posto que formador de homens/trabalhadores – e que aos poucos apresentava seus primeiros sintomas de subordinação frente ao seu crescente redirecionamento aos interesses empresariais dentro do setor.³⁵ Promovendo professores da rede pública que acumulavam cargo para a complementação salarial a “marajás”, essa reportagem rendeu à emissora um processo judicial acionado pelo Cepers (Centro de Professores do Rio Grande do Sul).³⁶ A abordagem dos ditos “maus funcionários públicos” prossegue na narrativa do programa a partir de uma ampla cobertura da realidade de estados, cidades e capitais brasileiras. O intenso compasso das sequências pareceu, todavia, redundar num paradoxo frente ao discurso dos repórteres que, na ausência de um típico corrupto do “colarinho branco”, tentaram diante das

³⁴ Os sentidos preferenciais para Stuart Hall visam o senso comum e são utilizados/ produzidos pelo texto televisivo como uma tentativa de construção de consenso onde as mensagens produzem o apelo: “leia-me desta forma”. Apesar de seus efeitos concretos eles nunca são completamente bem sucedidos: trata-se do exercício do poder na “tentativa de hegemonizar a leitura da audiência”. Cf. HALL, S. Codificação, decodificação. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, 2003, p. 396-398.

³⁵ NEVES, L. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, I. (Org.). *O desmonte da nação: Balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 134.

³⁶ O *Jornal do Brasil* de 05/05/87 sob o título “Professores gaúchos entram na justiça do Rio contra TV Globo”, resumiu a fala dos professores: Segundo a reportagem, o estado pagaria 76 mil professores (são mais de 83 mil) e 36 mil acumulariam cargos ilegalmente. A professora Solange explica que “na verdade são 18.736 professores que acumulam cargos, mas não de forma ilegal, uma vez que é permitido, por exemplo, professores contratados para trabalhar 20 horas semanais fazerem novos concursos para trabalhar mais vinte horas”. (*Jornal do Brasil*, 5 maio 1987. Acervo TV-Pesquisa, s./n.).

telas dar dramaticidade ao quadro apresentado. Foi assim que na terceira das seis reportagens até então apresentadas, a cobertura chegou a Alagoas, caracterizada como um exemplo notório. Da bancada, Sérgio Chapellin discursa, apresentando pela primeira vez no programa o “caçador de marajás”:

Alagoas é um estado que tem apenas dois milhões e trezentos mil habitantes. Mas em matéria de escândalo no serviço público, ganha o campeonato. O novo governador Fernando Collor de Mello, empossando há quinze dias, está atacando de frente o problema. E foi justamente uma decisão do governador que permitiu ao *Globo Repórter* flagrar uma situação escandalosa de empreguismo.

Logo após, entram então as imagens ao som forte de buzinas e conversas soltas ao ar, construindo junto ao espectador um clima de caos: congestionamento de carros, filas intermináveis e correria disfarçada de muitos homens simples diante das câmeras, passando a sensação de esquivamento frente à “verdade” da cobertura jornalística. O repórter Francisco José, nas mediações de uma repartição pública, explica o clima de confusão: “É hora de bater o ponto. [...] Desde que o governador Fernando Collor de Mello assumiu, todos os funcionários do estado são obrigados a assinar o ponto e formam-se longas filas”. Tanto no texto de abertura quanto neste momento, percebe-se que a figura de Collor é apresentada ao público a partir de sua suposta parceria com a própria mídia em sua “missão” de denúncia – ao que pese o fato do político pessoalmente ter fornecido pauta e material ao programa – o que paira implicitamente na locução de Chapellin. Em continuidade, o texto do repórter confirma um perfil de moralidade da coisa pública por parte do político, mas contraditoriamente, os depoimentos de parte das entrevistas coletadas nessa cobertura soam de forma diferente. O repórter diante da fila de populares pergunta:

Francisco José: Além de vir assinar o ponto, o que você faz?

Popular 1: Eu fico aqui a manhã toda.

Francisco José: Mas sem fazer nada?

Popular 1: Sem fazer nada.

Francisco José: E você, o que você faz?

Popular 2: Desmancho o que ele faz.

O humor popular do diálogo travado e a expressividade das imagens de pessoas simples amontoadas nas filas, em carros velhos de aluguel, nas dependências da repartição, no chão das calçadas e em seus arredores, convergem assim como no caso dos “professores marajás” para um improvável consenso sobre a usurpação pública realizada por aquelas pessoas. Conti, ao relatar suas impressões a respeito desse mesmo programa, conclui em seu livro: “os funcionários apontados como privilegiados eram pelas roupas puídas e modos desengonçados, pela candura com que olhavam para a câmera, pobres que não tinham onde cair mortos.”³⁷ Mais a frente, Chapellin relata “o velho modelo” de política a ser superado: “o governador de Alagoas que nomeou tanta gente, o governo responsável por esse abuso, foi derrotado nas urnas da última eleição”. É quando a promessa “do novo” aparece finalmente nas telas depois da introdução do repórter Francisco José: “Palácio dos Martírios, sede do governo de Alagoas. É aqui que o governador Collor de Mello toma providências para combater os abusos administrativos do estado”. Entra Collor em plano próximo:

Na questão referente à moralização do serviço público, tem pessoas que recebem por mês, muito mais do que o orçamento de muitos municípios deste país. São desmandos dessa natureza que nós estamos combatendo de uma maneira tenaz, de uma maneira objetiva, de uma maneira obstinada até.

Foram produzidas mais três participações de Collor neste bloco do programa em meio a denúncias de empreguismo da

³⁷ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 43.

família Suruagy, do ex-governador do estado – que reconhece ter empregado “alguns primos” – de intervenções de Joelmir Betting tentando explicar economicamente a dimensão do rombo nos cofres públicos e de partes fragmentadas do depoimento de Luiz Gonzaga Mendes de Barros, um consultor jurídico da Assembleia Legislativa que diante das câmeras admite ser um legítimo marajá. Nota-se no discurso acima uma retórica que passará a ser a marca Collor de consumo: ele vende a tenacidade, o vigor, a obstinação da juventude capaz de moralizar o país e destituir as antigas formas de se fazer política. O seu “V” da vitória, seus discursos sempre iniciados por “minha gente”, suas cores (da bandeira nacional) e a música de seus comícios, em especial “*Fé Brasileira*” do grupo Chiclete com Banana, foram exemplos claros de sua estratégia de marketing, ajudando a imprimir junto ao público uma rápida leitura de sua imagem. Além disso, no país das telenovelas com seus muitos atores estrelados, Collor, com sua fluência midiática, praticamente tornou-se uma delas. Passou a ser aquele tipo de estrela da qual as pessoas acompanharam os passos, os gestos, o figurino.

O considerável tempo de aproximadamente 12 minutos (mais de 20% do tempo integral do programa), destinado à cobertura do caso de Alagoas, foi seguido pela reportagem de Renato Machado, diretamente de Paris. O motivo anunciado por Chapellin: mostrar ao telespectador que o número de funcionários na máquina não é garantia da eficiência do Estado. É quando a prefeitura do direitista Jacques Chirac (também Primeiro Ministro francês de 1986 a 1988) passa a ser elogiada, numa prova de que a redução do funcionalismo público não afeta os serviços prestados. O impacto do discurso da eficiência do clássico, iluminado e progressista “Primeiro Mundo” teve na sequência seguinte, não por acaso, um forte contraponto que fez questão de ser explícito ao público. Assim, Francisco José narra de Fortaleza, capital administrada pela petista Maria Luisa Fontenelle, as mazelas de uma cidade “sem luz e sem brilho”, com o racionamento de energia e com o esvaziamento dos cofres públicos. Junto com imagens de baixa luminosidade do lixo em abundância pelas ruas, de postes depredados e “esgoto

ao céu aberto”, têm-se ainda um cuidadoso enquadramento de câmera que vai do close ao plano de conjunto, num cofre deixado como entulho numa praça não menos abandonada, casando proposadamente com a sentença do texto em sua referência “ao cofre vazio” da prefeitura cearense. Na arquitetura dessas sequências a mensagem preferencial é a da relação entre a imagem política de Chirac e a da petista brasileira, o “modelo moderno e civilizado” francês e os entulhos do “atrasado” modelo administrativo nacional. Salienta-se aqui com Silva que, neste contexto, ao passo que o Partido dos Trabalhadores fazia questão de frisar a diferença clássica entre a esquerda (= a igualdade para todos) e a direita (= elites e concentração de renda), a campanha de Collor ganharia fogo a partir de uma visão de mundo polarizada exatamente entre o “moderno” e o “atrasado”. O primeiro visto sob o prisma da diferença positiva, franqueada por uma suposta possibilidade ilimitada de um consumo capaz de levar a nação ao dito “Primeiro Mundo”. Nessa consonância, a imagem do político passou a ser naqueles anos associada às roupas de grife, celulares, carros importados e *jetskis*. Já o “atraso” foi associado à tentativa de uma igualdade forçada pelas esquerdas, como no prolongamento de um paradigma ultrapassado, que tal como no exemplo da então queda do Muro de Berlim, denunciava sua suposta derrocada ao mundo. Como sugere o autor, o “moderno” só não acontecia por causa da persistência do “atraso”, sendo necessário “remover todo o entulho distributivista herdado do getulismo e da ditadura militar”.³⁸

Em meio ao discurso fragmentado das denúncias de marajás nas coberturas dos outros estados, o programa ensaiou ainda uma espécie de sátira de explicação da origem de um nefasto funcionalismo público nacional, com encenações de pedidos de emprego e de favorecimento ao Rei D. Manoel, enquanto o Ministro da Administração, Aloísio Alves, anunciava enfaticamente as medidas do governo no controle do inchaço do funcionalismo em nível federal: cortes no Instituto Brasileiro do Café e a extinção

³⁸ SILVA, F., op. cit., p. 400-401.

do Banco Nacional da Habitação. Encerrando o programa, o último bloco dá continuidade ao tom de humor das charges e dos quadrinhos, com João Nogueira cantando o samba “*Maria Candelária*”, inspirado numa notória marajá dos anos 1950, e logo depois uma breve reprise de parte do filme “*Esse milhão é meu*”, de Carlos Manga. O filme estrelado por Oscarito trata da história do Barnabé, um caricato funcionário público, modelo de dedicação e motivo de escárnio da maioria dos companheiros de repartição. Chapellin encerra sua participação da bancada com uma espécie de desculpas a esses ditos poucos “funcionários de exceção” do Estado.

Tal discurso de apologia ao Estado Mínimo vai aparecer com força política ainda maior no programa *Marajás*, exibido em 10/09/1987. Enquanto seu antecessor, *Marajás em São Paulo*, de 28/05/1987, restringiu-se a denúncias de altos salários dentro da Polícia Militar e da Assembleia Legislativa do estado, este programa foi mais emblemático tanto pela reafirmação da figura de Collor quanto pelo discurso da falência do Estado, através de uma enfática cobertura em torno do rombo nas empresas públicas no estado do Rio de Janeiro e nas instituições federais. No primeiro caso o apresentador busca na referência ao programa “*Funcionalismo público*” o elo de continuação do perfil de Collor: “Nesta semana Francisco José voltou a Alagoas onde o governador Collor de Mello conseguiu acabar com os marajás.” O repórter segue então demonstrando pela transformação do espaço – com a mesma rua da citada repartição pública agora com o trânsito absolutamente normal – as medidas administrativas tomadas pelo governador e esclarece ao público: “O fim dos super salários em Alagoas proporcionou uma economia de 363 milhões de cruzados por mês, segundo a Secretaria de Administração. É do Palácio do Martírio que sai chumbo grosso no combate aos marajás”. O discurso prossegue com Collor falando sobre a liminar do Judiciário que permitiu ao seu estado bloquear os abusos no funcionalismo público, enfatizando no final que tal escândalo dizia respeito não apenas ao estado de Alagoas ou aos nordestinos, mas a todos os brasileiros. É a partir dessa “deixa” do plano nacional que o programa passa a fazer denúncias sobre as empresas públicas do estado do Rio de Janeiro.

A primeira empresa a ser denunciada é a Conerj (Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro), seguida pela Cerj (Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro), a CTC (Empresa Estadual de Transporte Coletivo) e por último a Cedae (Companhia de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro). O discurso do ônus de tais empresas para os cofres públicos (sempre apresentados pela comparação com prêmios de loteria esportiva) tem como estrutura narrativa, por um lado, os recursos trabalhistas impetrados e muitas vezes conseguidos pelo apoio de uma dita rede de “fraude do próprio funcionalismo público” e, por outro, pela afirmação da “total incompetência de gestão dessas empresas”. À procura de responsáveis – não custa lembrar que o governador que imediatamente antecedeu o então peemedebista Moreira Franco no poder era o desafeto pessoal de Roberto Marinho, Leonel Brizola – os repórteres referendam suas falas alertando aos espectadores os serviços que poderiam ser oferecidos à população, caso não houvesse o desleixo com a “coisa pública”. Como contraponto a essa ineficiência, não raro é citado o setor privado. Como no exemplo da CTC, onde diante de imagens de ônibus danificados e carcaças abandonadas ao “céu aberto”, o repórter dispara: “A CTC tem ônibus de menos e funcionários demais. Para cada ônibus a empresa tem vinte e dois funcionários. Numa empresa privada essa relação é de cinco para cada veículo”.

Já na parte final do programa as empresas federais é que passam a ser o alvo de denúncias. Alertando novamente ao público que é ele, o contribuinte, que arca com o rombo nacional, a certa altura o apresentador declara: “A investigação do Tribunal de Contas da União revela mais uma vez neste ano que o descontrole é total na administração das estatais. Um descontrole que está na origem deste novo pesadelo do país: o déficit público.” Após o tom de sátira de novas charges (com quadros de um “Jornal do Rombo”), o repórter Paulo César de Araújo, tendo como fundo Brasília, faz sua encenação com dois livros nas mãos. Apresenta a lista telefônica da capital do país e mostra em comparação outro bem maior, o cadastro das empresas da União. Alertando que as despesas dessas mais de 500 empresas federais, ao lado das

demais da rede municipal e estadual, somadas ainda às despesas da administração direta do governo, totalizavam mais de 50% do PIB do país, o repórter apresenta algumas metas de corte do governo e entrevista o ex-ouvidor Geral da República, Fernando César Mesquita. A narrativa prossegue abordando indícios de fraudes em licitações na Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) e na CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e termina por apontar o mau uso de carros oficiais em Brasília. A falta de profundidade dessa parte final da cobertura com seus muitos números e poucos depoimentos é compensada na narrativa pela dramatização de suas variadas analogias, numa clara opção por mensagens de fácil leitura para os telespectadores.

Para além dos programas que antecederam a eleição de Collor, lançando sua imagem política como o “caçador de marajás”, outros que foram levados ao ar durante o seu mandato convergiram igualmente para a sustentação de um projeto político maior em consonância com o credo neoliberal. No primeiro deles, *Muro de Berlim* (09/11/1989) o mote da reunificação das Alemanhas serviu ao discurso central da suposta derrocada das esquerdas no mundo, ao passo que programas com os títulos de *Plano Econômico* (27/03/1990), *Mordomias dos Marajás* (24/04/1990) e *Escândalo nas estatais* (24/08/1990) foram baseados no apoio ao Plano Collor I e à política de privatização então implementada. Impulsionado pela aparência de um cruzeiro mais forte que o dólar, o marketing televisivo tornou-se uma espécie de avalista eletrônico da promessa de Collor quando ainda candidato: acabar com a inflação num único golpe. Já a apologia à privatização em especial foi significativa, seja através de reportagens específicas, seja em conteúdos paralelos à cobertura da imagem política de Collor ou ainda no bojo das temáticas de retrospectivas do ano. No programa *Retrospectiva* de 1991 (31/12/1991), por exemplo, quando as primeiras denúncias de corrupção do governo começavam a tomar forma na cena nacional e a população vivia os sinais de arrocho dos desdobramentos do Plano Collor I, foi feita uma cobertura no mínimo enviesada em torno da privatização da Usiminas (Companhia Siderúrgica de Minas Gerais), cujo leilão foi realizado no Rio de Janeiro. Sem depoimentos das partes

envolvidas, a reportagem destacou apenas que manifestantes do “PT, PDT, CUT e CGC tentaram impedir a privatização da USIMINAS” em um triste momento onde “a violência correu solta e repercutiu em todo o mundo”. Cumpre lembrar que a Usiminas foi a primeira estatal de grande porte privatizada pelo governo dentro do setor siderúrgico nacional, que assistiria ainda à privatização de mais sete empresas entre 1990 e 1993, dentre elas a Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) e a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Era o início da privatização do patrimônio público pelo setor mais avançado e estratégico do parque industrial estatal.

No que diz respeito aos programas aqui mais detalhadamente analisados, as “boas idéias privatistas”³⁹ de Collor – nas palavras de Roberto Marinho – tiveram por bandeira de frente a “caça aos marajás”, com o termo tornando-se então o outro nome para o conjunto dos problemas nacionais. O perfil político de Collor ou ainda do “isolado cavaleiro andante”⁴⁰ pela moralização do país nos apresentou uma coerência com a análise que Schwartzberg fez ao focar a política como espetáculo, tema que seria teoricamente aprofundado mais tarde por Guy Debord.⁴¹ Pesquisando os modelos políticos mediados pelos meios massivos, o autor afirma que cada caso desencadeia um tipo diferenciado de projeção emotiva, dentre eles, o sedutor: um líder encantador, que cativa mais que convence, “frequentemente com ar jovial e dândi. Agrada, surpreende, faz sonhar. [...] A sua limitação: corre o risco de cansar. E os cidadãos não podem encontrá-lo frágil em momentos de crise”.⁴²

³⁹ Entrevista de Roberto Marinho a Neri V.Eich, da *Folha de São Paulo*. Nela, o empresário afirma que embora não tivesse feito uma opção definitiva, Collor era, sem dúvida, um “jovem mais assentado, mais ponderado e mais equilibrado, com suas boas idéias privatistas” e arrematava: “eu vou influir o máximo possível a favor dele. Procurarei ser um homem consultivo a favor da construção de um Brasil melhor”. (LIMA, V. BRITTOS, V & BOLAÑO, C. (Org.), op. cit., p. 226).

⁴⁰ OLIVEIRA, F. *A falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 48-50.

⁴¹ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

⁴² SCHWARTZENBERG, R. *O Estado espetáculo*. São Paulo: Difel, 1978 p.71.

A referência soa quase como profética frente aos desdobramentos políticos que levaram Collor ao processo de *impeachment*. O cerne do capital simbólico⁴³ construído durante o período compreendido entre o lançamento de sua campanha e o seu *impeachment* tornou-se a certa altura destoante de seus próprios signos integradores, que passaram a operar na contracorrente dos fatos então detonados na grande mídia. Foi assim que o símbolo da “moralidade” no funcionalismo público se chocou com escândalos de corrupção e ganhos ilegítimos na venda do patrimônio público. E também que o lema da “modernidade” pela livre regulação das leis de mercado entrou em dissonância com o fracasso dos planos econômicos e da própria gerência do campo político instituído. Neste contexto, se deve considerar o discurso de uma mídia “autofágica” capaz de “devorar ciclicamente seus olímpicos”, e como arremata Rubim, “destruir a criatura que ela acreditou, em sua enorme pretensão, ter criado, parece ter sido o outro lado da mesma moeda”.⁴⁴ Um outro capítulo no qual a mídia eletrônica teve um papel singular frente ao que Gramsci denominou de “elo de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força”.⁴⁵

⁴³ BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel Editora, 1989.

⁴⁴ RUBIM, A. *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa, Paraíba: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p. 77.

⁴⁵ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. In: Coutinho, C. N. *Fontes do pensamento político*: Gramsci. Porto Alegre: L & PM Editores, 1981, p. 198.